



Rebouças: "Eu recebi sinal verde de Ulysses"

Plano de Lopes não agrada

Se depender do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, o governo resistirá a qualquer tentativa do Congresso Nacional de votar projeto de lei que acolha a proposta do economista Francisco Lopes — que participou dos planos Cruzado e Bresser — para um programa de estabilização de preços. O ministro tomou conhecimento do plano que propõe a criação de um sistema de duas moedas — o cruzado, sujeito aos efeitos da inflação, e o real, preservado da desvalorização — na última segunda-feira, quando foi visitado pelo deputado Osmundo Rebouças, que está disposto a levar a proposta ao Congresso.

“O governo nunca vai aceitar um plano que tira a liberdade de gastar”, disse Abreu ao deputado. Rebouças não estranhou a reação do ministro. Afinal, como definiu o economista Dionísio Carneiro, da PUC-Rio, nesse plano proposto por Chico Lopes apenas duas categorias ficarão fora da correção diária do valor do dinheiro: as contas públicas, que continuarão a ser medidas em cruzados, e os salários, que como só são pagos uma vez por mês ficam fora da correção diária da moeda.

Duas moedas — Pelo Plano de Chico Lopes, vão existir duas moedas: uma que tentará manter o poder de compra, que vai ser estabelecida inicialmente pelo valor de uma OTN fiscal, que é o Real; e a outra é o próprio cruzado, que conviveria com a nova moeda nacional. A ideia de Lopes é que o Real seja uma moeda forte, que já nasce admitindo a inflação passada e passa a contabilizar apenas o acréscimo na taxa de inflação. Assim, admitindo que em outubro o IPC fique em 26,01% (contra os 24,01% de setembro), o cruzado valeria menos 26,01% — que seria a inflação — mas o Real seria desvalorizado em apenas 2% — que é o índice excedente, já que o Real nasceu incorporando o índice do mês anterior.

Hora errada — Para Dionísio Carneiro, o Plano está vindo em hora errada, pois só teria chances de dar certo caso a taxa de inflação estivesse estabilizada. “Do jeito que a inflação cresce, em pouco tempo o real também vai estar desvalorizado e ninguém mais vai querer fazer contratos com prazo de revisão de um ano” (prazo mínimo estabelecido no Plano para que haja a primeira correção do Real). O que mais assustou o governo foi o controle do déficit público imposto no novo Plano. O Executivo ficará, por exemplo, proibido de emitir a moeda forte (o Real) sem autorização prévia do Congresso Nacional.

O ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles também reagiu muito mal à notícia de que se apresentará um novo pacote. “Não li e não gostei”, disse o atual deputado do PFL, dizendo que esta é “mais uma fórmula heterodoxa, pretensiosa e esdrúxula de resolver os problemas econômicos do país”. Com essa tese, não concorda Juarez Cançado, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Estaduais (Abace). “ao propor o controle da moeda através de uma caixa de estabilização, dentro do Banco Central, Chico Lopes está reeditando uma das teses monetaristas do economista Milton Friedman”.

Congresso — Do ortodoxo ao heterodoxo, valeu de tudo no questionamento de um plano econômico que surpreendeu todo mundo por uma grande inovação: ao invés de ser costurado com o governo, dessa vez Chico Lopes ignorou o Executivo e resolveu que sua proposta tem que ser votada e discutida no Congresso Nacional, através de projeto de lei, a partir de 5 de outubro.

Amanhã, Rebouças e Lopes se encontram com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para apresentar-lhe oficialmente o programa de estabilização. A reunião será o resultado de um contato preliminar feito por Rebouças há dez dias, quando o deputado entendeu ter recebido “sinal verde” de Ulysses para persistir na intenção de apresentar o projeto de lei ao Congresso. O ministro da Fazenda, Maíson da Nóbrega, chega hoje de Londres e já foi informado por Abreu do porjeto, mas ainda não se manifestou sobre a matéria.